

Constituinte: des

ANC 88
Pasta 08/85
099/1985

A comissão provisória para estudos constitucionais será instalada solenemente no dia 3 de setembro, às 9 horas, no Ministério da Justiça. Ao dar essa informação ontem, o ministro Fernando Lyra também anunciou que o advogado Fábio Konder Comparato, que não quis integrar a comissão, será substituído pelo ex-deputado e ex-líder do PMDB Laerte Vieira, de Santa Catarina.

A questão da Constituinte continua provocando muita polêmica. À noite, no largo São Francisco, em ato público "pró-participação popular na Constituinte", apoiado por entidades como a OAB, a CUT, Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e sindicatos dos bancários, jornalistas e metalúrgicos de Santo André, o jurista Gofredo da Silva Telles pregou a desvinculação da Assembléia Nacional Constituinte do Congresso Nacional.

O apelo do professor Gofredo, que foi, ele mesmo, Constituinte em 48: "Precisamos escolher nossos representantes na Assembléia Nacional Constituinte, porque todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido. A nossa luta não vai parar. Ela vai até onde for possível, pois usaremos todas as armas legítimas disponíveis".

A tese do jurista: não é possível determinar que a Assembléia Constituinte seja formada pela Câmara e o Senado. "Isso representaria uma distorção, porque a Assembléia Nacional Constituinte não pode ser elaborada por órgãos já constituídos. Ela não é constituída, ela constitui. Uma coisa é o Congresso Nacional, que elabora as leis ordinárias. Outra é a Constituinte, que tem a missão de elaborar uma só lei: a Carta Magna que vai reger os destinos da Nação."

Após a explanação de Gofredo, todos os oradores que se seguiram também advertiram sobre a necessidade de se desvincular a Constituinte do Congresso — e de se eleger constituintes com um período especial de mandato para a elaboração específica da Constituição.

Os empresários

As declarações de alguns empresários sobre o tema deixaram claro que entre eles mesmos há muitas divergências. Amaury Temporal, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, disse que as condições agora são as ideais para a Constituinte, pois a sociedade brasileira deu provas, na campanha das diretas e de Tancredo, de maturidade.

Amaury apontou a criação de novos partidos políticos e as reformas que vêm sendo debatidas como a demonstração de que está em pleno curso um amplo debate político pela sociedade, e que existem mecanismos de formação de consenso. Por isso, não concorda com a idéia de que tais reformas acabaram por se sobrepor à Constituinte, mesmo porque não teria cabimento esperar pela Constituinte para realizar reformas que a sociedade já aprovou por consenso.

O presidente da Associação Comercial do Rio acha que está ocorrendo certa confusão em torno da comissão encarregada de elaborar proposta para a futura Constituinte.

Arthur João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Fierj), também entende que as reformas em curso não esvaziariam a Constituinte, ao contrário, poderão facilitar seus trabalhos na medida em que tenham execução pacífica e normal. Para ele, "a Constituição futura do País deve absorver todos aqueles avanços sociais que foram objeto de clamor da sociedade. Os princípios básicos da verdadeira democracia, sensíveis aos avanços sociais, precisam necessariamente figurar na Constituição".

Donato acredita ter sido uma decisão inteligente do governo federal a formação da comissão destinada a elaborar um texto preliminar da Constituição. "Foi inteligente a decisão", disse, "porque não se restringiu à participação de juristas, mas unindo a eles representantes dos vários segmentos da sociedade".

"República"

Bem diferente é a opinião de Carlos Brandão, presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), para quem "o encaminhamento da nova Constituição em nosso país está sendo feito dentro de uma visão típica de república sul-americana". Brandão sustenta que a discussão de assuntos de grande interesse da sociedade brasileira antes da realização da Constituinte não faz muito sentido, pois "o que se sonha é com uma Constituição que venha a ser referendada como o documento mais importante para o País e que molde a filosofia da Nação".

Ele não acha recomendável atribuir-se a uma comissão de 50 membros a incumbência de "um trabalho de tal responsabilidade para as gerações futuras, pois não pode ser visto dentro de um contexto presente nem de médio prazo. Ele deve ser elaborado por pessoa que tenha visão de estadista, que pense não só no presente mas também no futuro de longo prazo". Carlos Brandão insistiu em que a nova Constituição deverá "realmente retratar o tipo de filosofia de vida que as gerações futuras do País querem moldar à sua maneira de ser". Por isso, diz que a discussão e encaminhamento de assuntos como reforma de emergência, negociação da dívida externa e reforma partidária teriam melhor fórum dentro do trabalho da própria Constituinte.

Já o presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Ênio Rodrigues, prevê muito trabalho para a Constituinte, porque terá de elaborar a nova Carta "aperfeiçoando uma Constituição criada em fase de arbítrio". Também ele considera que o trabalho da Constituinte deve ser fundamentalmente de definição do tipo de modelo político que o País quer, e ainda da forma de conduzir grandes questões nacionais como orçamentos e políticas econômicas. Quanto à comissão, Ênio não faz restrições por ver nela representada a maior parte da sociedade brasileira. Além do mais, lembrou, a comissão deverá produzir apenas um esboço da nova Constituição.

Essa comissão, enfatizou Temporal, irá apenas elaborar um documento de trabalho, que será o ponto de partida para a tarefa dos integrantes da Assembléia Constituinte. A comissão, assim, não irá sobrepor-se à Constituinte, mas apenas fornecer uma base.